

# **DISPUTAS IMPRESSAS: CONFLITOS NA PROVÍNCIA DO MATO GROSSO ENTRE O PRIMEIRO REINADO E A REGÊNCIA (1830-1834)**

Thalles Murilo Vaz Costa<sup>56</sup>

## **RESUMO**

O trabalho analisa o processo de construção do Estado na província do Mato Grosso na década de 1830, enfatizando a dinâmica de conflitos que deu origem ao conflito regencial denominado de Rusgas. O argumento entende que o período foi marcado simultaneamente pelo surgimento de várias coalizões e colisões de grupos inseridos nas e entre as esferas locais e centrais de poder no vasto território brasileiro, com predomínio dos interesses provinciais sobre os do governo central nessas relações. As fontes históricas são vários tipos de documentos oficiais e de correspondências particulares mato-grossenses publicadas no *A Matutina Meiapontense* (1830-1834), periódico goiano que inaugurou a imprensa como dispositivo de luta política entre as regiões.

Palavras chaves: Imprensa; Mato Grosso; Império; Rusgas.

## **A IMPRENSA NA CONSTRUÇÃO DO BRASIL: NOTAS SOBRE AS PROVÍNCIAS DE GOIÁS E MATO GROSSO**

Sem sombra de dúvidas, o processo de formação do Estado nacional brasileiro no século XIX constitui-se um campo fecundo de estudos historiográficos. A transformação do Brasil em unidade política autônoma em relação a Portugal, sobretudo desenhada a partir da década de 1820, abriu campo para inúmeras disputas sobre a organização e a direção dessa nova realidade que alguns pretendiam construir, mas todos tinham dúvidas e incertezas de como encaminhar o árduo empreendimento de edificação do Estado na ex-colônia de Portugal.

A consequência imediata dessa abertura política e ideológica encenada na década de 1820 foi a criação de múltiplas expectativas, desejos e esperanças com características políticas, sociais e econômicas, entre outras, que serviram para mobilizar diversos tipos de agentes sociais em todas as províncias do Brasil, inclusive no Mato

---

<sup>56</sup>Doutorando em História na Universidade Federal de Goiás e professor substituto no Instituto Federal de Goiás – Campus Anápolis.

Grosso que protagonizou uma explosiva revolta quase ignorada pela historiografia brasileira.

Com a abdicação do imperador D. Pedro I em 7 de abril de 1831 e a instauração da Regência, o clima de disputas entre grupos que abraçavam projetos diferentes se tornou ainda mais intenso e, por diversas vezes, terminaram em movimentos armados nos núcleos urbanos e rurais do vasto território brasileiro, servindo como um dos vários exemplos para justificar a assertiva de Ilmar Mattos (1987: 2) de que a Regência inaugurou “anos emocionantes para aqueles que viviam no Império do Brasil”, tendo em vista que os espaços públicos se transformaram em zonas de conflitos.

Os próprios contemporâneos do período regencial são unânimes quanto ao dinamismo da época. Por exemplo, em 1855, já no contexto do Segundo Reinado, o célebre panfleto de Justiniano José da Rocha intitulado *Ação, reação e transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil* apontou o clima de conflitualidade e tensões do tempo imediatamente posterior à saída de D. Pedro I do Rio de Janeiro. Ele argumentou no escrito que o passado brasileiro possuía um sentido, ou melhor, era que esse passado era composto de fases distintas e que cada uma delas evidenciava uma evolução nacional. A primeira era a fase de ação, que expressava o período do chamado avanço liberal iniciado logo após a abdicação de D. Pedro I em 1831. A segunda fase era a reação, que marcou o surgimento dos grupos conservadores nos últimos anos da década de 1830. A terceira e última fase era a da transação, tecendo enorme apologia à denominada política de conciliação entre liberais e conservadores do Segundo Reinado<sup>57</sup>.

Não obstante, além de Justiniano, “parte relevante da historiografia brasileira contemporânea entende que os anos regenciais foram, de fato, um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais, como ocorreu em poucos momentos na história do Brasil” (MOREL, 2003, 2). Comparando as experiências de independência nas Américas portuguesa e espanhola, José Murilo de Carvalho argumentou que durante a regência se assistiu no Brasil “ao que tinham sido os 15 anos entre 1810 e 1825 para a colônia espanhola da América, quando nela desaparecera a fonte da soberania tradicionalmente localizada no monarca” (CARVALHO, 2012: 87). A validade da

---

<sup>57</sup>GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia*. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 71-91. A autora questiona o esquema clássico proposto por Justiniano apontando que sua atividade de jornalista era comprada por diversos políticos da época interessados em transmitir ao público uma imagem de “conciliação” que maquiou a existência dos conflitos no Brasil ainda depois de 1840.

comparação está no fato de que o processo de independência da América hispânica nas duas primeiras décadas do século XIX foi assinalado por violentos conflitos provocados pelas contradições sociais, econômicas e políticas legadas da colonização espanhola e isso se assemelha aos confrontos armados que ocorreram no Brasil nas décadas de 1830 e 1840, um pouco mais tarde do que nossos vizinhos sul-americanos.

Toda essa efervescência social e política foi acompanhada pelos periódicos que circulavam em várias províncias do Brasil. Entre os anos de 1830 a 1833, a capital do Brasil triplicou o número de folhas publicadas, saltando, aproximadamente, de 20 (vinte) para 60 (sessenta) periódicos<sup>58</sup>. Mesmo com grandes dificuldades, como as distâncias e as comunicações precárias, a imprensa brasileira ganhou força no período, pois, de acordo com Carvalho (2007: 19) “a escassez de espaços fazia com que a imprensa assumisse papel primordial, aumentado com a redução da censura a partir da inauguração da Regência”. Obviamente, pensar em estender os quadros estatísticos e a dinâmica da imprensa carioca para pontos situados em regiões periféricas, como as províncias de Goiás e Mato Grosso, significaria cometer um grave equívoco.

No entanto, pode-se afirmar que o período compreendido entre março de 1830 e abril de 1834 inaugurou uma experiência singular para as duas supramencionadas Províncias do interior do Império do Brasil com a publicação do *A Matutina Meiapontense* (1830-1834). Construído em Meia Ponte na Tipografia Oliveira, o periódico era propriedade do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, latifundiário, escravista, comerciante e funcionário público que, juntamente com Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, padre originado de importante família na região e redator do periódico durante quase todo o período de circulação da folha meiapontense, encaminharam com muitas dificuldades o *A Matutina*<sup>59</sup>.

O valor da assinatura trimestral era de 2\$000 (dois mil) reis e a folha poderia ser assinada em Mato Grosso (Cuiabá), em Minas Gerais (São João Del Rei) e em Goiás (Meia Ponte, Cidade de Goiás e Traíras), localidades ligadas por interesses econômicos e políticos. Oscilou entre dois e três números publicados semanalmente. Apesar da

---

<sup>58</sup>MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: editora DP&A, 2003, p. 23. Dados retirados de um gráfico apresentado pelos autores.

<sup>59</sup>Ver: ASSIS, Wilson Rocha. *Os moderados e as representações de Goiás n'A Matutina Meiapontense (1830-1834)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2007. PALACIN, Luis. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia: editora Cerne, 1987. COSTA, Thalles Murilo Vaz. *Opinião pública e linguagem política no A Matutina Meiapontense*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2013.

tipografia e do periódico serem goianos, impressiona a quantidade de artigos, comunicados, correspondências, ofícios, atas da Câmara de Cuiabá, entre outros papéis do Mato Grosso que ganharam espaço e publicidade na folha de Meia Ponte. Além disso, o *A Matutina* ainda publicou o *Miscellania Cuyabanense*, primeiro periódico de Cuiabá (SILVA, 2000), entre os anos de 1833 e 1834.

O correio mensal entre as províncias de Goiás e Mato Grosso, a tipografia adquirida por Joaquim Alves em Meia Ponte, relações sociais e econômicas intra e interprovinciais e o clima político do terceiro decênio dos oitocentos possibilitaram a erupção impressa de boa parte dos conflitos vivenciados nas referidas regiões interioranas do Brasil, graças ao referido periódico goiano. Reuniões, associações e a imprensa foram canais de divulgação e debate de ideias e concepções dos mais variados tipos. Mesmo parcial, a ampliação dos espaços públicos de discussão e ação política se estendeu “para camadas mais amplas da sociedade, angariando pessoas para defenderem concepções oriundas de grupos mais restritos ou abrindo perspectiva para elas manifestarem os seus anseios” (COSTA, 2013: 27).

Conflitos entre autoridades administrativas, denúncias de abuso de poder, desvio de dinheiro público, favorecimentos e compadrios expressam parte do conteúdo documental que provinha da província do Mato Grosso e era impresso no *A Matutina*. Diante disso, o trabalho pretende contribuir para o estudo do movimento social processado em 30 de maio de 1834 em localidades centrais da província do Mato Grosso e que terminou com o assassinato de cerca de 47 (quarenta e sete) indivíduos, sendo 44 (quarenta e quatro) portugueses e 3 (três) brasileiros (SENA, 2006: 47).

Tradicionalmente denominado de Rusgas<sup>60</sup>, o movimento foi liderado por homens influentes de Cuiabá como João Poupino Caldas, José Alves Ribeiro, Antônio Luís Patrício da Silva Manso, Brás Pereira Mendes e Pascoal Domingues de Miranda, entre outros, e contou com a participação ativa de elementos marginais da sociedade, como pobres e mestiços. O acirramento de disputas em Mato Grosso no início da

---

<sup>60</sup>A revolta denominada de “Rusgas” ocorreu no Mato Grosso no início do período regencial (1834), quando as reformas propostas pela Assembleia Legislativa culminaram no Ato Adicional (1834). Os debates sobre as reformas (centralização ou descentralização; extinção ou permanência do poder moderador, entre outras) e conflitos políticos e econômicos internos na província configuram o pano de fundo da ação radical que redundou no assassinato de mais de quarenta pessoas, quase todos portugueses. Estes últimos eram identificados com as autoridades centrais do Rio de Janeiro e por isso recebiam a alcunha de “caramurus” ou “bicudos”. Por seu turno, o grupo que executou a revolta defendia a autonomia local (federalismo) e eram denominados por seus opositores de “exaltados” ou “aperiquitados”. A revolta conhecida como “Rusgas” mobilizou interesses de homens ricos e pobres do Mato Grosso, os últimos formados basicamente pelas tropas e homens de cor. VER: Sena (2006), Lima (2010) e Fanaia (2012).

Regência, principalmente em Cuiabá e Diamantino, compõe o pano de fundo do mosaico que retratou episódios como estupros de mulheres e jovens, saques em propriedades comerciais e residências e o assassinato sucedido do esquiteamento do corpo das vítimas.

Entre personagens importantes da tela ornamentada com cores radicais, se observa a figura de João Poupino Caldas, Comendador, membro de tradicional família em Cuiabá, rico comerciante e funcionário público que circulou na câmara municipal de Cuiabá, guarda nacional, junta da fazenda pública, conselho do governo e presidência da província de Mato Grosso. Sua interessante e complicada trajetória vai desde a mobilização das tropas e o assassinato de seus adversários políticos em maio de 1834, posteriormente passa pela perseguição e denúncia dos seus antigos parceiros na Rusga entre 1834 e 1835 e se finalizaria com sua expulsão da província do Mato Grosso, impedida pelo seu assassinato misteriosamente perpetrado quando preparava sua saída da região em 1836. O professor de filosofia Brás Pereira Mendes, o mestiço, funcionário do Hospital de Misericórdia e deputado Patrício da Silva Manso, o ouvidor e juiz de fora Pascoal Domingues de Miranda e o juiz dos órfãos e comerciante José Alves Ribeiro, direta ou indiretamente envolvidos na Sociedade dos Zelosos da Independência<sup>61</sup>, são também nomes de destaque na documentação analisada neste trabalho.

Ao lado desses figurões, registra-se nomes bem menos conhecidos, como é o caso de frei José dos Inocentes, acusado de inflamar “a gente idiota, que move-se facilmente para o que se quer<sup>62</sup>” contra alguns poderosos locais ao escrever pedidos e representações populares e das tropas ao governo de Mato Grosso tempos antes das Rusgas. A gente idiota apontada pelo português e então ouvidor de Mato Grosso era composta basicamente por homens de cor e pobres, agentes anônimos na documentação e que muitas vezes são representados como massa de manobra de poderosos locais na resolução de conflitos internos, estratégia largamente utilizada pelas autoridades da época para esvaziar o conteúdo social e político de movimentos da plebe, outra expressão corriqueiramente usada para designar os excluídos das engrenagens sociais da boa sociedade mato-grossense oitocentista. Valendo-se da historiografia, de memórias históricas e, fundamentalmente, do *A Matutina*, o texto busca elucidar parte da dinâmica

---

<sup>61</sup>Para essas e mais informações ver os textos de José Barnabé de Mesquita (1922) e (1934).

<sup>62</sup>Ofício dirigido ao Governo da Província de Mato Grosso pelo Ouvidor o Dr. Ponce de Leão. In: *A Matutina Meiapontense*, 28 de setembro de 1833, n. 476, p. 2.

social da primeira metade da década de 1830 na província do Mato Grosso e contribuir para a compreensão do contexto que redundou na ação radical de 30 de maio de 1834.

## **CONFLITOS INTERNOS NA PROVÍNCIA DO MATO GROSSO ANTES DAS RUSGAS**

As autoridades públicas de Cuiabá protagonizaram debates na imprensa que certamente revelam complexos jogos de poder e disputas pela hegemonia intraprovincial nas décadas de 1820 e 1830, isto é, entre o fim do Primeiro Reinado e a Regência. Neste ínterim, os documentos produzidos graças aos conflitos entre a Junta da Fazenda Pública e o Conselho de Governo da província do Mato Grosso são bastante elucidativos. Na sessão de 3 de dezembro de 1829, o português e conselheiro geral José Joaquim Vieira fez uma extensa denúncia aos membros do Conselho de Governo da Província do Mato Grosso sobre atos de corrupção e privilégios que eram praticados na Junta da Fazenda, expondo a figura do Tesoureiro da Junta João Poupino Caldas como um dos líderes das práticas. A Junta e o Conselho eram instituições que cuidavam, respectivamente, da arrecadação e administração do dinheiro e rendas públicas e as questões da governança interna da província. A denúncia do conselheiro Vieira continha uma lista de mau uso do dinheiro que somava sete pontos centrais, que teriam levado o número de “200 e tantos contos que vieram da Corte do Rio de Janeiro” em ajuda aos gastos da Província em 1829.

No documento de denúncia consta que salários e gratificações inflacionadas foram pagos pela Junta a Antônio Luiz Patrício da Silva Manso, cirurgião-mor, proprietário da Botica (farmácia) e no período aliado de João Poupino Caldas em Cuiabá. Depois de receber a denúncia do conselheiro Vieira, o governo central ordenou que a Junta da Fazenda recolhesse de volta o dinheiro pago em excesso ao cirurgião-mor, o qual estornou o valor excedente em “*drogas medicinaes*, que ainda sobrecarregou o cofre com 3:000\$, e tantos”, ou seja, a denúncia dizia que Manso, valendo-se de suas relações sociais, ainda recebeu uma diferença em dinheiro pelo valor mais alto das mercadorias que deu como estorno de um desvio de verba pública!

As denúncias de Vieira no Conselho do Governo expressam claramente a coexistência de interesses em conflitos internos na província do Mato Grosso. Segundo

José de Mesquita, no começo da década de 1830 a vida política da província estava dividida entre o grupo denominado de nativista ou periquitos, que em tese abrigavam indivíduos nascidos na região ou no território brasileiro, e o grupo dos caramurus ou bicudos, nomes que supostamente expressavam a origem portuguesa dos indivíduos que dele participavam. Este cenário politicamente heterogêneo era concomitante a uma forte crise econômica e social, contribuindo para:

[...] agravar a situação já de si premente e séria a indisciplina franca das tropas, a penúria representada ao vivo na redução virtual de 40% do valor das cédulas da Junta de Fazenda, o mal estar causado pelas lutas políticas de Cuyabá e Villa Bella, a actuação anarchica dos “periquitos”, sediciosos do Norte tangidos para Matto Grosso, onde se constituíram elemento de subversão e outras concausas que não vem a pello mencionar (MESQUITA, 1934: 17).

A instabilidade econômica da província de Mato Grosso foi intensificada pela inflação provocada em virtude da queda do valor de compra das cédulas da Junta da Fazenda. Consequente, foi inevitável o aumento da pobreza numa região que, semelhante à vizinha Goiás, convivia com dificuldades de comércio e integração econômica desde fins do século XVIII, quando a extração do ouro nas duas regiões registrava índices bem modestos e o crescimento das dificuldades de sobrevivência e de governabilidade preocupava as autoridades coloniais (LIMA, 2010).

Não é difícil entender por que numa província com poucos recursos os grupos privilegiados disputavam milimetricamente cada espaço de poder que pudesse garantir a segurança de seus interesses em detrimento de outros, como as já mencionadas instituições públicas provinciais do Império. As disputas travadas entre José Joaquim Vieira e João Poupino Caldas são elucidativas neste sentido. Entretanto, esses problemas não afetavam apenas a pequena parcela privilegiada da província, atingindo diretamente elementos tradicionalmente excluídos de uma sociedade formada a partir dos resquícios do mundo colonial, como mestiços ou brancos pobres. O próprio Mesquita sentenciou a insubordinação das tropas no período, formadas em grande parte por esses elementos marginais e que também participavam política e socialmente no cenário local.

Retornando às denúncias de Vieira sobre Poupino, o documento diz ainda que “a Junta mandou pagar a dous Thezoueiros em hum só tempo”, entregando a quantia de mais de três contos de réis a João Poupino Caldas por um tempo de serviço que ele não

prestou e ainda pagou vencimentos semelhantes ao seu substituto na Junta, o capitão José Joaquim Ramos e Costa. Em suma, a Junta da Fazenda pagou o titular e o substituto pelo mesmo tempo de serviço, sendo que o titular não exerceu as atividades exigidas pelo cargo no período. Ademais, o português José Joaquim Vieira apontava que Poupino Caldas ainda recebia “870U réis de Gratificação do Comando da 2. Linha” e que essa gratificação era ilegal, tendo em vista que era vedado aos homens públicos acumularem o cargo e os vencimentos de Tesoureiro da Junta com gratificações militares. O membro do Conselho do Governo da província de Mato Grosso ainda reclamava que o Tenente Coronel Antônio José Guimarães substituiu Poupino por um período no comando da tropa de segunda linha e “a Junta não lhe Concedeu a mesma Gratificação”, insinuando o que seria mais um dos muitos privilégios concedidos a João Poupino e seus aliados<sup>63</sup>.

Aos sete atos de corrupção, Vieira propôs dez medidas que buscavam reparar os abusos já cometidos com o dinheiro público e impedir, em tese, novos atos de corrupção na Junta da Fazenda de Mato Grosso. Dentre as principais medidas, solicitava que “na Junta da Fazenda não sirvão parentes como até agora acontece”, que Poupino “o actual Thesoureiro deixe ou de ser Thesoureiro, ou de ser Comandante da *Legião de Milicias*”, que fossem devolvidos os “Ordenados que [a Junta da Fazenda] pagou ao Tenente Coronel *Joaõ Poupino Caldas* pelo emprego de Thesoureiro (sem o ser)” e também que quando o Hospital necessitasse de algum remédio que se mandasse “afixar na porta huma relação daquilo que necessitar para os Negociantes apresentarem outra do que eles tiverem a dispor pelo preço mais cômodo<sup>64</sup>”.

Se por um lado as denúncias de João José Vieira evidenciavam um forte esquema de concessão de privilégios e desvios de verba pública na Junta da Fazenda da Província do Mato Grosso, por outro elas deixam claro a existência de lutas internas pelo controle de instituições da burocracia estatal e ocupação dos espaços mais importantes do poder monárquico. Numa Província periférica, com poucos recursos humanos e um enorme déficit na comparação entre receitas e despesas seria improvável a existência de um quadro social diferente. Lideranças locais do Mato Grosso após independência disputavam uma intensa queda de braços pelo acesso aos cargos mais importantes da administração pública, com notória preferência por aqueles que rendiam

---

<sup>63</sup> Ata da Sessão do Conselho da Presidência da Província do Mato Grosso de 3 de dezembro de 1829. In: *A Matutina Meiapontense*, 26 de agosto de 1830, n. 64, p. 3-4.

<sup>64</sup> Ata da Sessão do Conselho da Presidência da Província do Mato Grosso de 3 de dezembro de 1829. In: *A Matutina Meiapontense*, 26 de agosto de 1830, n. 64, p. 3-4.

bons vencimentos e permitiam o exercício de forte influência na sociedade local. Por exemplo, a Junta da Fazenda pagava altos salários ao tesoureiro, deputado e presidente da instituição, tornando esses cargos alvos dos interesses de poderosos locais. Além disso, era com o dinheiro que passava pela Junta que se fazia o pagamento dos funcionários públicos, como os da justiça e os militares, permitindo boa margem de ação aos membros da Junta da Fazenda sobre funcionários subalternos, como o adiantamento ou o retardo no pagamento do salário de algum funcionário, concessão de gratificações salariais indevidas e desproporcionais a certos indivíduos, ou ainda o estabelecimento de privilégios e monopólios comerciais em determinadas casas de comércio, pois era a Junta da Fazenda que comprava medicamentos para o Hospital ou o material necessário ao fardamento das tropas instaladas no interior da província e nas fronteiras com as repúblicas vizinhas.

Sobre as relações entre administração pública e o comércio em Cuiabá na década de 1830, não surpreende o fato de que João Poupino Caldas, José Joaquim Vieira e Antônio Patrício da Silva Manso são apontados como comerciantes na documentação. Inclusive, as denúncias do “O negociante” – modo como João Poupino Caldas denominava o conselheiro José Joaquim Vieira – indicavam que ele se sentia prejudicado com as transações entre a Junta da Fazenda e a Botica de Patrício da Silva Manso, mestiço paulista que exerceu ao lado do Comendador João Poupino Caldas papel importante nos eventos de 30 de maio de 1834. O comerciante nascido em Portugal buscou desarticular os privilégios institucionais e comerciais concentrados em Poupino e seus aliados. É evidente na contenda o interesse nos lucros obtidos com o comércio de abastecimento interno em cidades mais populosas como Diamantino e Cuiabá. A tentativa de desmantelamento do esquema, feita por deliberação do Conselho e que seguiu como representação motivada da província do Mato Grosso ao Rio de Janeiro, revela que os indivíduos até agora mencionados eram peças de um jogo que cindiu camadas altas e baixas da sociedade cuiabana, opondo uns e unificando outros para além da visão simplificadora que entende o conflito como uma disputa de interesses entre brasileiros natos, como Poupino e Manso, e adotivos, como José Joaquim Vieira.

Por conseguinte, as disputas internas na província do Mato Grosso que se arrastavam desde os primeiros momentos do século XIX se radicalizaram na década de 1830, contribuindo para as Rugas em maio de 1834. As denúncias de José Joaquim Vieira constituem a epiderme de um corpo social mais complexo envolvendo outras

instituições burocráticas da província, como a câmara municipal e as ramificações da justiça. No entanto, elas servem como expressão de um reordenamento interno das forças na província de Mato Grosso que acabou ultrapassando os limites dos altos cargos burocráticos e dos funcionários que neles estavam.

Por sinal, a reação de Poupino Caldas às denúncias de Vieira são indícios desta fase de mobilização. Em 30 de dezembro de 1829, dias após a reunião do Conselho da Presidência, João Poupino Caldas enviou uma representação ao Ministério da Guerra exigindo a remoção de José Joaquim Vieira para fora da província de Mato Grosso “em razão do seu gênio *turbulento* e dos *insultos* que tem praticado contra o Vice Presidente, e a Junta da Fazenda<sup>65</sup>”. Além de Tesoureiro da Junta, Poupino Caldas era na época Governador Interino das Armas e alegou ao governo central que o pedido de remoção se justificava pelas rebeldias praticadas por José Vieira no Conselho do Governo. A resposta de João Poupino foi dada pouco tempo antes de deixar o cargo interino e representa mais um momento crucial das disputas pelo domínio interno na província do Mato Grosso no período em questão.

Este cenário conflituoso mato-grossense coincidiu com o período de início de circulação do *A Matutina Meiapontense* e as intrigas pelo poder entre e nas províncias vizinhas contribuíram para animar os trabalhos da meiapontense Tipografia Oliveira. Incipientes projetos de opinião pública gestados desde o início do século XIX afluíram aos olhos sertanejos quando os tipos começaram a trabalhar em março de 1830. Tais projetos estavam repletos de interesses sociais, econômicos e políticos que levavam os contemporâneos à ação que seletivamente era publicada no *A Matutina*. Basta uma análise da repercussão impressa do caso encenado por Poupino e Vieira em Cuiabá que fica notória a existência de expectadores muito interessados na peça situados fora da cena central.

Indagando-se ironicamente que funcionários do Hospital que “antes do emprego andava na relé, e hoje tem boa cazaca, joga o 31, e tem melhor meza, se isto não for por milagre, porque será?”, o “Cuiabano Philantropo” narrou o que teoricamente tinha visto ao visitar o Hospital, principalmente, quando o “Cirurgiaõ Mor da Provincia *Antonio Luiz Patricio da Silva Manso*” realizou sua visita de rotina aos internados. A correspondência diz que os doentes “se enchendo de hum horror ate tremião a sua vista, tal he a opinião geral da imoralidade deste homem”. O cirurgião paulista aliado de João

---

<sup>65</sup>Correspondência de Joze Joaquim Vieira. In: *A Matutina Meiapontense*, 26 de agosto de 1830, n. 64, p. 2.

Poupino Caldas era acusado de vender na Botica “por conta da Fazenda Pública” um vidro de água usado no “serviço da Fundição do oiro” tão adulterado que a água tinha “pouca differença da do Pote”. Além disso, Patrício da Silva Manso tinha se beneficiado tanto das boas relações com o Tesoureiro da Junta da Fazenda que iria ao Rio de Janeiro “requerer huma Presidencia ...! [de Província]”, pois tinha em mãos “*aquillo com que se compraõ os melões*”, aludindo as denúncias feitas no Conselho da Presidência<sup>66</sup>. Entretanto, trabalhos recentes demonstram que o mulato Patrício da Silva Manso “rivalizava com Poupino na popularidade” (SENA, 2006: 45).

Outros correspondentes, quase sempre se utilizando de pseudônimos, se ocuparam do caso. Por exemplo, o Constitucional Independente criticava a Junta da Fazenda por privilegiar o pagamento de alguns funcionários militares em detrimento de outros, dizendo que a Junta estava “há anos, no maior desleixo, e malversação; os patronatos fasiaõ que seos apaniguados fossem pagos em dia, não atendendo-se a maior parte dos servidores, que mesquinamente recebiam alguma couza<sup>67</sup>”. Jocosamente, a correspondência do “Deveras apaixonado” brincava com a situação da Junta se perguntando o que era mais prejudicial para nação “hum empregado (*verbi gratia*) que aproveitando-se do seu Emprego, furtou da Nação 12 Contos de réis, ou se hum particular, que em pequenas parcelas furtou de muitos – 6 [contos de réis]<sup>68</sup>”.

Ao contrário do que essas correspondências parecem indicar, João Poupino Caldas não estava sozinho na Junta da Fazenda do Mato Grosso nas décadas de 1820 e 1830. André Gaudie Ley e Jerônimo José Nunes, respectivamente, Presidente e Deputado da Junta, também eram funcionários importantes da instituição, além de manterem entre si parentesco familiar. Juntos foram responsáveis por consolidar após a independência do Brasil a preponderância política de Cuiabá perante Vila Bela, transferindo o aparato administrativo do governo monárquico para Cuiabá, inclusive a Junta da Fazenda e o Conselho de Governo. Vila Bela continuou com o título de capital, mas o predomínio econômico e social de Cuiabá foi determinante quando em 1824 José Saturnino da Costa Pereira chegou à Província do Mato Grosso e tomou posse como Presidente da Província em Cuiabá, preterindo Vila Bela.

---

<sup>66</sup>Correspondência de “O Cuyabano Filantropo”. In: Matutina Meiapontense, 1 de julho de 1830, n. 40, quinta feira, p.3-4.

<sup>67</sup>Correspondência de “O Constitucional Independente”. In: Matutina Meiapontense, 21 de Dezembro de 1830, n. 114, terça feira, p.3.

<sup>68</sup>Correspondência de “Deveras Apaixonado”. In: Matutina Meiapontense, 21 de Dezembro de 1830, n. 114, terça feira, p. 4.

Desde então, “os principais representantes da elite política cuiabana, tendo vencido a querela contra a cidade do Mato Grosso [Vila Bela], logo passariam a se dividir, formando dois grupos antagônicos, que almejavam o controle político da província” (SENA, 2006: 42). Essa divisão interna, presente no conflito aqui analisado, se manifestou em diversos espaços da província do Mato Grosso e se radicalizou no início da Regência, sendo que no período a “mobilização das tropas manterá os grupos dominantes da província em permanente sobressalto, sendo a sedição cuiabana de 1834 o principal ponto de inflexão dessa trajetória” (LIMA, 2012: 31) de cisão de grupos influentes na região.

São várias referências à época governada por Saturnino, presidente de província e depois senador pelo Mato Grosso. Em novembro de 1830, o “Constitucional Cuiabano”, após tecer longo comentário sobre práticas de corrupção e privilégio na Junta da Fazenda por Poupino Caldas, afirmou que a origem das mesmas era “tudo devido á ma Administração do Exmº Sr. Saturnino” e que os “bons Cuiabanos se recordaõ com horror da bonhomia exaltada de taes Coniventes<sup>69</sup>”.

Num ofício publicado no *A Matutina*, José Saturnino da Costa Pereira apontou as inúmeras qualidades de João Poupino Caldas durante o exercício de seu governo no Mato Grosso. Segundo Saturnino, Poupino era um modelo de comandante militar, pois conseguia comandar os subordinados conciliando “a Disciplina com a benevolência, fazendo-lhes assim criar o amor pelo Serviço das Armas, e seguiram os louváveis exemplos do seo Chefe”. Além disso, afirmava que Poupino “obtendo finalmente Provizaõ Imperial para ocupar o Cargo de Thezoureiro Geral das Rendas Publicas desta Prov.” trabalhava com tanto empenho e patriotismo que por várias vezes tinha adiantado somas em dinheiro “a que os Cofres Públicos naõ pode chegar nas urgências da Provincia”, se referindo aos empréstimos a juros que Poupino fazia para o pagamento do funcionalismo público ou outra despesa da província de Mato Grosso. Esses e outros serviços de João Poupino Caldas ao Império do Brasil lhe renderam uma notória comenda, símbolo que traduz a dinâmica de colaboração do governo central com autoridades locais desde os tempos coloniais. Saturnino não se esqueceu de ratificar que Poupino Caldas era “um dos Negociantes mais abastados desta Provincia, e nesta

---

<sup>69</sup>Correspondência de “O Constitucional Cuiabano”. In: *Matutina Meiapontense*, 20 de janeiro de 1831, n. 127, quinta feira, p. 4.

qualidade goza dos melhores créditos de probidade, lizura em seus tratos, e pratica de Charidade para com os necessitados<sup>70</sup>”.

Estranhamente, no a *Miscellania Cuyabanense*, expressão escrita do ponto de vista histórico do arranjo que, entre outros, Poupino e Patrício da Silva Manso compartilhavam, a imagem do então senador José Saturnino não era das melhores. Acusado de praticar a imprecisa noção de “caramurismo”, o impresso implicitamente ameaçava de morte os senadores de Goiás (Paguá) e Mato Grosso (Saturnino) dizendo que “essa corja sem fim de nossos figadais inimigos, já teriam recebido o merecido premio de seus relevantes serviços<sup>71</sup>” se não fosse o excesso de moderação do governo regencial.

Alvo de diferentes interesses, as condições de governo do primeiro presidente da província do Mato Grosso não foram das mais simples. Isolado em meio aos homens fortes do local, a solução encontrada para o governo passava necessariamente por articulações com esses elementos locais, tamanho seu poder e influência. Entre 1825 e 1835, apenas dois presidentes de província foram enviados pelo poder central para a região, demonstrando o conhecimento por parte do Rio de Janeiro sobre o território politicamente escorregadio situado no interior do Brasil. Após a saída de José Saturnino, a província de Mato Grosso foi governada por elementos locais, quase todos na condição de vice-presidentes. Na lista constam nomes como Jeronimo Joaquim Nunes (1827-1830), André Gaudie Ley (1831), Antônio Correa da Costa (1831-1833), André Gaudie Ley (1833-1834), Antônio Correia da Costa (1834) e João Poupino Caldas (1834).

Parte dessa instável dinâmica se deve ao fato de que quando o chefe do executivo provincial ficava de licença por interesses particulares o posto era assumido por membros do Conselho de Governo, tornando a instituição alvo de disputas internas frente ao grande interesse dos conselheiros assumirem mesmo que temporariamente a direção da província de Mato Grosso. Os Conselhos de Governo eram diferentes dos Conselhos Gerais das províncias porque os primeiros estavam atrelados ao executivo provincial e por isso tinham um poder de ação mais rápido e eficiente do que os segundos, que compunham o legislativo provincial. Bombardeados por todos os lados, os presidentes da província de Mato Grosso durante a Regência receberam demandas de

---

<sup>70</sup>Ofício do presidente da Província do Mato Grosso José Saturnino da Costa Pereira ao governo central de 2 de abril de 1828. In: *Matutina Meiapontense*, 18 de fevereiro de 1831, n. 138, terça feira, p. 3.

<sup>71</sup>*Miscellania Cuyabanense*, 1 de janeiro de 1834, n. 9. In: *Matutina Meiapontense*, 22 de fevereiro de 1834, n. 518, sábado, p. 4.

grupos variados. Até mesmo Poupino Caldas, presidente da província no dia das Rusgas, ficou isolado e foi assassinado a mando de grupos locais insatisfeitos com sua ação política.

Em síntese, a documentação arrolada deixa claro o desejo dos grupos dominantes da província de Mato Grosso em estender consistentemente seu raio de poder, tanto interna quanto externamente a província. Entretanto, a mesma documentação não permite visualizar a perspectiva mais próxima de homens que ocupavam as margens dos conflitos que foram radicalizados com as Rusgas, sendo que ainda persistem interpretações equivocadas de preconceitos sociais e raciais, afirmando que a participação dos elementos populares na revolta regencial mato-grossense foi mera manipulação de grupos mais abastados e que a população menos favorecida não tinha nenhum tipo de perspectiva ideológica e política consistente, sendo que a Rusgas significava nessa visão equivocada apenas um movimento da “soldadesca e o povoleo, embriagado pelo álcool e pela cobiça, a dar pasto às mais torpes concupiscências — a do ódio, a da lascívia e a da ganância” (MESQUITA, 1934: 18).

## **ABSTRACT**

The paper analyzes the state-building process in the Mato Grosso province in the 1830s, emphasizing the dynamics of conflicts that gave rise to the conflict regency called Rusgas. The argument understands that the period was marked both by the emergence of various coalitions and collisions inserted groups within and between local levels and power plants in the vast Brazilian territory, with a predominance of provincial interest on the central government in these relations. Historical sources are various types of official documents and Mato Grosso private correspondence published in *The Matutino Meiapontense* (1830-1834), Goiás journal that ushered in the press as a political device between regions.

Key words: Press; Mato Grosso; Empire; Raids.

## **FONTES HISTÓRICAS**

Ata da Sessão do Conselho da Presidência da Província do Mato Grosso de 3 de dezembro de 1829. In: *A Matutina Meiapontense*, 26 de agosto de 1830, n. 64, p. 3-4.

Correspondência de Joze Joaquim Vieira. In: *A Matutina Meiapontense*, 26 de agosto de 1830, n. 64, p. 2.

Correspondência de “O Cuyabano Filantropo”. In: *A Matutina Meiapontense*, 1 de julho de 1830, n. 40, p.3-4.

Correspondência de “O Constitucional Independente”. In: *A Matutina Meiapontense*, 21 de Dezembro de 1830, n. 114, p.3.

Correspondência de “Deveras Apaixonado”. In: *A Matutina Meiapontense*, 21 de Dezembro de 1830, n. 114, p. 4.

Correspondência de “O Constitucional Cuiabano”. In: *A Matutina Meiapontense*, 20 de janeiro de 1831, n. 127, p. 4.

MiscellaniaCuyabanense, 1 de janeiro de 1834, n. 9. In: *A Matutina Meiapontense*, 22 de fevereiro de 1834, n. 518, p. 4.

Ofício dirigido ao Governo da Província de Mato Grosso pelo Ouvidor o Dr. Ponce de Leão. In: *A Matutina Meiapontense*, 28 de setembro de 1833, n. 476, p. 2.

Ofício do presidente da Província do Mato Grosso José Saturnino da Costa Pereira ao governo central de 2 de abril de 1828. In: *Matutina Meiapontense*, 18 de fevereiro de 1831, n. 138, p. 3.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Wilson Rocha. *Os moderados e as representações de Goiás n'A Matutina Meiapontense (1830-1834)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Volume 2. A Construção Nacional (1830-1889). Madri e Rio de Janeiro: Fundación Mapfre e Editora Objetiva, 2012.

\_\_\_\_\_. “As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate”. In: *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 19.

COSTA, Thalles Murilo Vaz. *Opinião pública e linguagem política no A Matutina Meiapontense*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2013.

FANAIA, Maria de Lourdes. *O silêncio sobre as Rugas nos livros didáticos*. Cuiabá: Revista Territórios e Fronteiras, vol. 5, n.2, Jul.-Dez., 2012, p. 60-69.

- GRAHAN, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe cultura e estado. Maringá: Diálogos, DHI/UEM, v. 5, n. 1. p. 11-47, 2001.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Ação, reação e transação: a pena de aluguel e a historiografia. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 71-91.
- LIMA, André Nicácio. *Caminhos da integração, fronteiras da política: a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso*. Dissertação (mestrado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo, 2010.
- \_\_\_\_\_. Mato Grosso e a Geopolítica da independência (1822-1823). *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, vol.5, n. 2, jul-dez, 2012, p. 31.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987
- MESQUITA, José Barnabé. O capitão-mor André Gaudie Ley e sua descendência. Ensaio de reconstituição histórico-genealógica. Cuiabá: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso e da Academia mato-grossense de Letras*, 1922.
- \_\_\_\_\_. João Poupino Caldas: contribuição para o estudo das Rugas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso e da Academia mato-grossense de Letras*, 1934.
- MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: editora DP&A, 2003.
- PALACIN, Luis. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia: editora Cerne, 1987.
- SENA, Ernesto Cerveira. *Entre anarquizadores e pessoas de costume – a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso*. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Pós-Graduação em História, Instituto de Humanidades, 2006.